CONSELHO COORDENADOR DOS COLÉGIOS

Ata nº 5/ 2012

Data: 8 de novembro de 2012 às 16h00
Local: Sede da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa

Estiveram presentes os (as) seguintes Engenheiros (as): Victor Gonçalves de Brito, que presidiu à reunião na qualidade de Vice-presidente Nacional e Presidente do CCC; Cristina Machado (Presidente do Colégio de Engenharia Civil); Francisco Sanchez (Presidente do Colégio de Engenharia Eletrotécnica); Rui de Brito (Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica); Carlos Caxaria (Presidente do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas); Luis Araújo (Vogal do Colégio de Engenharia Química e Biológica); Dina Dimas (Vogal do Colégio de Engenharia Naval); Manuela Vasconcelos (Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica); Pedro Castro Rego (Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica); Francisco Castro Rego (Presidente do Colégio de Engenharia Florestal); António Sousa Correia (Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais); Luís Marinheiro (Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente) e Dra. Alice Freitas (Chefe de Serviços), que assistiu e elaborou esta ata.

Antes da Ordem de Trabalhos

- Renúncia ao cargo de Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica

O Eng. Victor Gonçalves de Brito solicitou que ficasse registado em ata que a Eng.ª Ana Fonseca havia renunciado ao cargo de Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica e que em reunião havida para o efeito, o Conselho Nacional do Colégio tinha escolhido, em substituição, a Eng.ª Manuela Vasconcelos para Presidente.

Realçou que lamentava a saída da Eng.ª Ana Fonseca e dos motivos que levaram a que tal acontecesse, manifestando o seu apreço pelo trabalho que desenvolveu enquanto Presidente do Colégio e no apoio ao Conselho Coordenador dos Colégios, sempre em defesa da Engenharia Geográfica.

Deu as boas vindas à Eng.ª Manuela Vasconcelos, a quem desejou o maior sucesso no desempenho das novas funções.

Também os membros dos CCC presentes manifestaram o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Eng.ª Ana Fonseca e deram as boas vindas à nova Colega.

1- Aprovação da Ata da reunião anterior

Aprovada, sem alterações, a ata n.º 4/2012, de 13 de setembro de 2012.

2- Informações

A. Participação dos Colégios na atividade quotidiana da Ordem (conhecimento das decisões do CDN)

O Eng. Victor Gonçalves de Brito informou que relativamente às reuniões do CDN, não houve decisões relevantes a mencionar no âmbito dos Colégios.

B. Legislação técnica em apreciação

- O Vice-presidente deu conhecimento que a OE foi consultada e deu o seu parecer, relativamente a uma nova legislação sobre elevadores que está em preparação no âmbito da Secretaria de Estado da Energia;

- Informou da aprovação em CDN da proposta relativa ao reconhecimento, a título excecional, de habilitações de projetistas e instaladores ITED/ITUR aos Engenheiros Civis, desde que preencham as condições previstas e tipificadas para o efeito;

- Referiu ainda que a legislação sobre "Eficiência Energética" está a ser revista, e que a OE tinha diversos membros envolvidos nos diferentes Grupos de Trabalho.

C. Diversos

- Atos de Engenharia Geográfica

O Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica, Eng. Pedro Castro Rego, solicitou informações acerca do andamento do processo legislativo relativo aos atos de Engenharia Geográfica.

A Eng.ª Manuela Vasconcelos informou que existe uma proposta de diploma, preparada com a ajuda de assessoria jurídica externa e que já vinha do anterior mandato, a qual foi entregue pelo Colégio de Engenharia Geográfica ao Bastonário.

O Eng. Victor Gonçalves de Brito referiu que a mesma não havia tido ainda seguimento, por razões que tiveram essencialmente a ver com a restruturação/instabilidade ocorrida entretanto no Ministério da tutela, nomeadamente com a extinção do Instituto Geográfico Português e a criação da Direção Geral do Território, de modo a evitar que o assunto ficasse parado tal como havia acontecido com a proposta apresentada há algum tempos atrás no âmbito da Engenharia Naval.

O Eng. Pedro Castro Rego informou que o seu Colégio ia tentar ainda avançar, antes do mandato terminar, com a sua proposta legislativa.

- Situação de empregabilidade de diplomados do Ensino Superior

O Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais mencionou as dificuldades verificadas no âmbito das Universidades, no que se refere à falta de informação sobre o grau de empregabilidade dos diplomados em engenharia, tendo-se referido especificamente aos cursos de Engenharia de Materiais. Salientou que sendo o número de membros e não membros graduados em Engenharia de Materiais muito superior ao número de inscritos na OE, o seu Colégio tem interesse em saber mais sobre a sua situação profissional (onde estão, o que fazem, etc.), realçando que os dados enviados, a pedido do Colégio pelas Universidades eram insatisfatórios.

Considerou fundamental que cada curso superior tenha uma avaliação da respetiva empregabilidade.

O Vice-presidente disponibilizou-se para enviar o documento produzido no âmbito da ex-Direção Geral do Ministério da Ciência e Ensino Superior, relativa à situação de empregabilidade de diplomados do Ensino Superior desde 2000/2001 a 2008/2009, bem como um documento com a caracterização dos diplomados desempregados em Dezembro de 2011.

O Eng. Victor Gonçalves de Brito informou que havia proposto no decurso do mandato, a criação no seio da OE de um Observatório de empregabilidade dos Engenheiros, mas que o assunto não tinha tido seguimento interno.

Salientou que a OE se devia preocupar, de uma forma profissional, com a situação de empregabilidade dos seus membros, ajudando-os. Defendeu a criação do referido Observatório, considerando que o mesmo devia intervir de forma harmonizada, no seio de todas as Universidades e não individualmente.

No seguimento da troca de impressões estabelecida, o Vice-Presidente ficou de transmitir ao CDN a preocupação manifestada no seio do CCC, quanto à necessidade da OE proceder ao estudo profissional e continuado sobre a situação da empregabilidade dos Engenheiros em Portugal.

3- Pareceres sobre a acreditação de ações de formação contínua

Não foram recebidos novos pedidos de acreditação de ações de formação contínua.

4- Pareceres sobre a outorga do título de Especialista

Proposta de Pareceres Favoráveis

Foram aprovados por unanimidade, os pareceres favoráveis sobre a outorga do título de especialista emitidos pelas Comissões Executivas das Especializações Horizontais em Engenharia de Segurança e em Engenharia Sanitária, relativamente aos seguintes membros:

- Jorge Manuel Gamito Pereira **(Engenharia de Segurança)**
- Rosa das Dores Andrade de Novais **(Engenharia Sanitária)**

Informação dos Pareceres Desfavoráveis emitidos por parte das Comissões Executivas das Especializações.

O CCC tomou conhecimento dos pareceres desfavoráveis sobre a outorga do título de especialista emitidos pelas Comissões Executivas das Especializações em Energia e em Geotecnia, relativamente aos seguintes membros:

- Rafael Baptista Rodrigues **(Energia)**
- Pedro Miguel Vila Maior Campos de Lima **(Geotecnia)**

Conhecimento dos Pareceres Favoráveis emitidos pelas CE das Especializações Verticais

O CCC tomou conhecimento dos pareceres favoráveis sobre a outorga do título de especialista emitidos pelas Comissões Executivas das seguintes Especializações Verticais:

Direção e Gestão da Construção

- Vasco Manuel Correia Carvalho
- António Pedro Lima Brás Jorge
- Maria Hortense Marques Silva Baeta

Telecomunicações

- Jorge Manuel Lopes leal Rodrigues da Costa

Luminotecnia

- Luis Manuel Pinguinha Anacleto

Segurança no Trabalho da Construção

- José Pedro Brazão de Castro Farinha

Estruturas

- Carlos Amaro Fernandes de Azevedo Ferraz

5- Pareceres sobre a outorga do nível de qualificação de "Membro Sénior"

O CCC emitiu parecer favorável à atribuição do nível de qualificação de "Membro Sénior" quanto ao requerimento dos membros efetivos, cujos pedidos foram apreciados pelos Conselhos Nacionais dos respectivos Colégios, nos termos constantes da lista anexa (num total de 101) e que constitui o Anexo I a esta ata.

6- Admissão de Membros

Exames – Ponto de situação

O Eng. Victor Gonçalves de Brito referiu-se ao processo de exames de admissão à OE e à forma atribulada como o mesmo tem vindo a decorrer, manifestando a sua discordância com o modo como foi conduzido.

Referiu que as situações de exame estão devidamente identificadas na avaliação curricular, tendo feito o ponto de situação das Especialidades onde está prevista a sua realização.

No que se refere às Especialidades de Engenharia Agronómica, Ambiente e Mecânica lembrou aos respetivos Presidentes que era necessária a preparação de um exemplo de prova escrita.

O Eng. Pedro Castro Rego solicitou que no âmbito da avaliação curricular individual, toda a informação relativa aos candidatos (incluindo o CV), quer os respetivos processos estejam ou não encerrados, se mantenha disponível e acessível na respetiva plataforma, de modo a ser facilitado o trabalho do Júri, para que casos idênticos possam ser decididos de forma semelhante.

Com o mesmo objetivo e em complemento, solicitou ainda a possibilidade de ser dado um tratamento informático à referida informação.

O Vice-presidente ficou de envidar todos os esforços junto dos serviços da OE, no sentido de ser concretizado o pedido apresentado.

7- Atos de Engenharia

O Eng. Victor Gonçalves de Brito lembrou que os Colégios de Engenharia Química e Biológica, Engenharia de Materiais e Engenharia Informática ainda não tinham concluído a produção do 1.º documento relativo aos Atos de Engenharia das respetivas Especialidades.

Colocou à consideração dos presentes a possibilidade de apresentarem os seus comentários sobre o que entendessem relevante sobre o assunto, mencionando que faltava em relação aos documentos já produzidos a tentativa de harmonização dos textos.

O Eng. Pedro Castro Rego referiu que, em sua opinião, a intervenção proferida no Congresso pelo Vice-presidente, Eng. Victor Gonçalves de Brito, sobre os Atos de Engenharia, era pouco encorajador salientando que, no seu caso, ainda mantinha a esperança de ser possível a publicação de um diploma sobre os Atos de Engenharia, associando a Engenharia Agronómica, Florestal e Ambiente.

O Eng. Francisco Sanchez realçou as dificuldades que o Colégio de Engenharia Eletrotécnica tinha sentido, aquando da elaboração do documento, no que se refere à diferenciação dos atos a praticar pelos Engenheiros Estagiários E_1 e E_2 (referiu ser recorrente a pergunta sobre o que é que um membro estagiário pode fazer).

O Vice-presidente deu conhecimento que, de uma forma administrativa, havia sido decidido pelo CDN não dar competências aos Engenheiros Estagiários E_1, tendo ficado de confirmar a informação assim que a ata do CDN estivesse elaborada e aprovada.

Relativamente à questão da harmonização dos Atos de Engenharia, foram trocadas impressões sobre a possibilidade, ou não, da sua concretização até ao final do atual mandato.

O Conselho Coordenador dos Colégios decidiu pedir o apoio do Eng. Salgado de Barros para a elaboração de uma proposta de documento único dos Atos de Engenharia com base no trabalho já desenvolvido nos diversos Colégios.

Foi acordado que o Eng. Francisco Castro Rego contactaria o Eng. Salgado de Barros para procurar os termos de referência para esse apoio, de modo a que a proposta de documento possa ser apresentada para discussão no próximo CCC e seguidamente ser enviada para apreciação pelo Conselho Diretivo Nacional.

8- Novo RJAPP e alteração estatutária

O Eng. Victor Gonçalves de Brito informou que havia sido aprovada recentemente na Assembleia da República, na generalidade, a Proposta de Lei que estabelece o Regime Jurídico de criação, organização e funcionamento das Associações Públicas Profissionais e que a mesma tinha entretanto começado a ser discutida na especialidade.

O Vice-presidente fez o relato das iniciativas levadas a cabo junto da Assembleia da República, nomeadamente através do Conselho Nacional das Ordens Profissionais e dos diversos Grupos Parlamentares, no sentido de serem propostas alterações relativamente aos aspetos considerados inaceitáveis e que mereceram o acordo das diversas Ordens (como por exemplo, a alteração do prazo dos 30 dias previsto para entrega das respetivos projetos de alteração dos Estatutos).

Foi salientado que, no caso da aprovação da Lei, a mesma implicará, comparativamente com o atual Estatuto, uma enorme perda de autonomia institucional e de subordinação ao Governo, passando a haver uma tutela ministerial da Ordem que incluirá poderes de homologação de regulamentos, exorbitando em muito o âmbito de aplicação da tutela de legalidade e que implicará ainda alterações no processo de admissão em vigor.

Tendo a OE eleições previstas para fevereiro do próximo ano, foi salientado que as mesmas têm de se repetir ao abrigo da nova Lei, caso o prazo previsto se mantenha.

No que se refere à revisão estatutária, o Eng. Victor Gonçalves de Brito informou que o Grupo de Trabalho, constituído para o efeito, não tem avançado muito.

9- DNE 2012

Decorrendo o Dia Nacional do Engenheiro 2012 em Vila Nova de Gaia, no próximo dia 24 de novembro, o Eng. Victor Gonçalves de Brito solicitou aos Colégios que ainda não procederam à indicação dos designados para efeitos de atribuição do prémio do melhor estágio, que o fizessem o mais brevemente possível.

Os Presidentes dos Colégios de Engenharia Florestal, Engenharia de Materiais e Engenharia Informática informaram que este ano não iria ser entregue o prémio nas respetivas Especialidades.

10- 1.º Congresso ELP e XIX Congresso Nacional
Avaliação final

A generalidade dos presentes considerou que os dois Congressos tinham corrido muito bem e que a Ordem saía prestigiada destas duas organizações, tendo sido salientada a elevada participação conseguida.

Foram ressalvados, como aspetos menos conseguidos, a pouca participação nas Sessões de Especialidade, no que se refere ao XIX Congresso e a "pouca participação portuguesa" no 1º Congresso ELP.

O Eng. Victor Gonçalves de Brito referiu que se cumpriram os objetivos pretendidos nos dois Congressos. Corroborou que era pena não se ter conseguido uma assistência mais numerosa em algumas Sessões, apesar do esforço feito através da redução drástica dos preços de participação no Congresso.

Evidenciou o facto do número de registos no XIX Congresso ter sido superior a 900, bem como o esforço adicional feito junto das Associações de Estudantes, que se concretizou na participação de cerca de 100 estudantes.

11- Diversos

Nada foi mencionado.

12- Calendário das futuras reuniões (2013)

- 10 de janeiro
- 07 de março

11- Encerramento da reunião

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 18h00.

Eng.º Victor Gonçalves de Brito
(Presidente)

Dra. Alice Freitas

Lisboa, 8 de novembro de 2012